



# MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

## Procuradoria Geral do Município

### PARECER JURÍDICO

Processo administrativo nº: 7457/2011

**RECURSO ADMINISTRATIVO CONTRA EMPRESA LICITANTE HABILITADA E VENCEDORA DO CERTAME POR APRESENTAR MAIOR DESCONTO. ALEGAÇÃO DE INEXEQUIBILIDADE DE PROPOSTA DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA INFERIOR A 75% DO VALOR ORÇADO PELA ADMINISTRAÇÃO (ART. 59, §4º DA LEI N. 14.133/21). PRESUNÇÃO RELATIVA E NÃO ABSOLUTA. LICITAÇÃO QUE TEM POR OBJETIVO SELECIONAR A PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA A ADMINISTRAÇÃO QUE JUSTIFICA A RELATIVIDADE DA PRESUNÇÃO, INDEPENDENTEMENTE DA NATUREZA DO SERVIÇO LICITADO. PELO INDEFERIMENTO DO RECURSO.**

A Recorrente, GEO ESTRUTURAS LTDA. interpôs Recurso Administrativo alegando, em síntese, a inexecuibilidade das propostas, pois o valor apresentado pelas empresas participantes: CONSTRUTORA MICA RIO LTDA e C. PACHECO CONSTRUÇÕES LTDA, foi inferior a 75% do valor orçado pela Administração Pública, nos termos do que dispõe o artigo 59, §4º, da Lei nº 14.33/2021, requerendo, ao final, que as referidas empresas sejam declaradas desclassificadas em obediência aos termos do Edital.

Trata-se de questão meramente de direito, relativa à interpretação ao art. 59, §4º da Lei nº. 14.133/21, sobre a presunção de inexecuibilidade das propostas inferiores a 75% do valor orçado pela Administração das obras e serviços inserta no referido dispositivo legal é absoluta ou relativa.

Ao observar o teor do §4º do referido dispositivo legal, é possível se ter a impressão de que a presunção é absoluta. Entretanto, avaliando o dispositivo de forma mais ampla, tem-se que o §2º, ao estabelecer que "a Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada", confirma a tese de que a presunção mencionada é relativa, devendo ser facultado ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta.

Contudo, deve-se ter em mente que a licitação visa a selecionar a proposta mais vantajosa à Administração Pública, de maneira que a inexecuibilidade prevista no §4º do artigo 59, da Lei nº 14.133/21 não deve ser avaliada de forma absoluta e rígida. Ao contrário, deve ser examinada em cada caso, para constatar se a proposta apresentada, embora enquadrada em alguma das hipóteses de inexecuibilidade, pode ser, concretamente, executada pelo proponente.

A jurisprudência sobre o assunto ainda é escassa, pois a legislação é nova, mas já encontramos julgado com o entendimento de que a presunção de inexecuibilidade não é absoluta, conforme se vê:

MANDADO DE SEGURANÇA. Licitação promovida pelo Município de Matão para execução de serviços de limpeza urbana. Desclassificação da impetrante por ter a Administração entendido que a proposta por ela apresentada era inexecuível. Pretensão da apelada de que lhe seja concedida oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta. Possibilidade. Presunção de inexecuibilidade das propostas de obras e serviços de engenharia inferiores a 75% do valor orçado pela Administração (art. 59, § 4º da Lei n. 14.133/21) que é relativa e não absoluta. Licitação que tem por objetivo





# MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

## Procuradoria Geral do Município

selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, o que justifica a relatividade da presunção, independentemente da natureza do serviço licitado. Sentença que concedeu a ordem. Recursos oficial, considerado interposto, e voluntários não providos. (TJ-SP - AC: 10045282320228260347 Matão, Relator: Antonio Carlos Villen, Data de Julgamento: 22/08/2023, Data de Publicação: 23/08/2023)

Nessa direção, em sintonia com a ilustre doutrinadora Maria Sylvia Zanella Di Pietro (coordenadora em Licitações e Contratos Administrativos Inovações da Lei nº 14.133, de 1º de Abril de 2021, 2ª edição, editora Forense, p.160):

"Por seu turno, os incisos III e IV do mesmo art. 59 tratam das hipóteses de desclassificação das propostas atreladas ao fato preço e tendo como parâmetro de análise o valor estimado da contratação: a) preço final, após a fase de lances e a tentativa de negociação promovida pelo agente de contratação (art. 61), acima do valor estimado: necessária desclassificação da proposta em razão da parte final do inciso II do art. 59 da NLL; b) preço consideravelmente inferior ao valor estimado que gere suspeita quanto à viabilidade econômico-financeira da oferta de duas naturezas: b.1) presunção absoluta de inexecutabilidade, quando a inviabilidade da oferta seja manifesta e evidentemente irrefutável: o agente de contratação procederá à desclassificação da proposta, de forma justificada e demonstrando a partir do conjunto de indícios e em cotejamento com os dados oriundos da estimativa de valor de mercado a implausibilidade de comprovação idônea da viabilidade econômico-financeira da oferta; b.2) presunção relativa de inexecutabilidade, quando os valores ofertados "forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração" (§ 4º): o agente de contratação, nos termos do inciso IV e do § 2º do art. 59, deverá necessariamente conceder ao licitante a oportunidade de afastar tal presunção mediante a comprovação da exequibilidade dos preços praticados, sendo-lhe vedado desclassificar, de pronto, a proposta".

Por outro lado, coligado com a análise do artigo 59 da Lei nº 14.133/21 de forma geral, especialmente seu §2º, caso haja necessidade, entendo que pode haver a oportunidade de ser comprovada a exequibilidade da proposta inferior a 75%.

Porém, considerando que o objeto é a contratação é reforma do tabuleiro da ponte da rua do cafezal com estruturas de aço e concreto pré-fabricado, no Município e que, conforme informado em #3 a empresa apresentou apólice de seguro em atendimento ao §2º do art. 59 da Lei 14.133/21, comprovando a exequibilidade da sua proposta. Desta forma, opino pelo indeferimento do recurso administrativo apresentado.

À Divisão de Licitação para providencias.

São José do Vale do Rio Preto, 17 de julho de 2024.

**CAROLINE DA SILVA PEREIRA RAMPINI**

Assessora Jurídica do Município

OAB/RJ 234.427





**MUNICIPIO SÃO JOSE DO VALE DO RIO PRETO**

RUA PROFESSORA MARIA EMÍLIA ESTEVES, Nº 691 - CENTRO

SJVRP/RJ - CEP: 25780-000

FONE (24) 2224-7404



CÓDIGO DE ACESSO

BEF7C130AE83444DAA6F47C31D114C7D

**VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS**

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://sjvriopreto.flowdocs.com.br/public/assinaturas/BEF7C130AE83444DAA6F47C31D114C7D>